



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. Definição do objeto

Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de peças complementares para a estrutura porta-paletes existente no TRE-SC e para a prestação de serviços de fixação de parte da referida estrutura (estante *single*), com mão de obra a cargo da Contratada, para atender as demandas do TRE-SC, em razão de realocação dessas estruturas no novo depósito de urnas eletrônicas.

#### 2. Fundamentação da Contratação

Esta contratação é indispensável para continuidade das operações do Tribunal no novo espaço que abriga o depósito de urnas eletrônicas. O processo de fixação da estrutura porta-paletes envolve riscos e complexidades que exigem peças e componentes originais (da mesma marca da estrutura porta-paletes existente), além de profissionais capacitados e equipamentos adequados, o que justifica a necessidade de contratação de empresa especializada para a realização dos serviços, de forma a garantir a integridade dos materiais que compõem a estrutura, a segurança dos trabalhadores e a conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

#### 3. Descrição da solução

Etapa	Descrição
FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS	<p>Fornecimento e instalação das seguintes peças*:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>travamento superior para estantes tipo “single”, fixadas por meio de parabolts (conferir dimensões no local) e chapas contratesta: <b>16 unidades</b>;</li> <li>protetor de montante duplo de 2300 mm: <b>2 unidades</b>.</li> </ul> <p>* Todas as peças devem ser compatíveis com o Sistema de Porta-Paletes da Tedesco Sistemas de Armazenamento, pois é o sistema de armazenamento já existente no depósito de urnas do TRE-SC.</p>
FIXAÇÃO DAS ESTANTES	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Fixação:</b> fixar as estantes <i>single</i> indicadas em projeto seguindo as recomendações do fabricante e todos os requisitos estabelecidos no Item 7 da ABNT NBR 15524, Partes 1 e 2 – “Sistemas de Armazenagem: Terminologia e Diretrizes para o uso de estruturas tipo porta-paletes”, quanto à ancoragens e contraventamentos, verificando continuamente o nivelamento, alinhamento e prumo da estrutura, de forma a garantir sua estabilidade e segurança. <ul style="list-style-type: none"> <li>A fixação será feita com parafusos sextavados, porcas e arruelas, todos zincados, além de chapa contratesta, na parede lateral do depósito.</li> </ul> </li> <li><b>Funilaria e pintura:</b> os serviços de funilaria e repintura eventualmente necessários em partes das estantes <i>single</i> ficarão a cargo da Contratada e devem ser feitos no local, com tinta nas cores originais dos componentes da estrutura porta-paletes e seus acessórios.</li> </ul>
INSPEÇÃO FINAL	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Inspeção final:</b> realizar vistoria técnica após a fixação das estantes <i>single</i>, para garantir conformidade com as normas técnicas e padrões estabelecidos pelo fabricante, emitindo Relatório Técnico de Conformidade, assinado por profissional responsável, com emissão de</li> </ul>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), garantindo que a estrutura esteja segura para operação. Este profissional assumirá a responsabilidade técnica pelo serviço.
--	---

As obrigações a cargo do TRE-SC são:

- desobstruir as áreas de movimentação e montagem da estrutura porta-paletes;
- fornecer energia elétrica e iluminação noturna;
- disponibilizar sanitários para uso da Contratada.

### 3.1. Estudo Técnico Preliminar

O Estudo Técnico Preliminar está juntado aos autos do PAE n. 19.961/025.

### 3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

### 3.3. Códigos SIASG

2224.

## 4. Requisitos da contratação

Devem ser atendidos os seguintes requisitos listados a seguir.

### 4.1 Requisitos Funcionais

- **Perfeita conexão das peças ao sistema de armazenamento existente;**
- **Fixação da estante *single*:** fixar a estante *single* junto à parede lateral, seguindo as recomendações do fabricante e normas vigentes quanto à fixação, ancoragens e contraventamentos, verificando continuamente o nivelamento, alinhamento e prumo da estrutura, de forma a garantir sua estabilidade e segurança;
- **Inspeção final:** realizar vistoria técnica após a montagem para garantir conformidade com as normas técnicas e padrões estabelecidos pelo fabricante, emitindo Relatório Técnico de Conformidade, assinado por profissional responsável (ART), garantindo que a estante *single* esteja segura para operação.

### 4.2 Requisitos Não-Funcionais

- **Segurança:** as equipes envolvidas no serviço devem utilizar EPIs adequados, incluindo capacetes, luvas, óculos de proteção e cintos de segurança para trabalhos em altura;
- **Desempenho e eficiência:** a montagem deve ser feita por profissionais experientes, garantindo rapidez e precisão;
- **Sustentabilidade:** peças eventualmente danificadas e inutilizadas devem ser descartadas de forma ambientalmente responsável, conforme a legislação vigente.

### 4.3 Requisitos Externos

Os serviços a serem executados deverão estar em conformidade com as orientações dos fabricantes, legislações vigentes e normas ABNT e/ou internacionais, no que couber.

Quanto à execução dos serviços e segurança:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- NBR 15524, Partes 1 e 2 – Sistemas de Armazenagem: Terminologia e Diretrizes para o uso de estruturas tipo porta-paletes seletivos;
- NBR 6123:2023 - Forças devidas ao vento em edificações;
- NBR 6.120:2019 – Ações para o cálculo de estruturas de edificações;
- NBR 8.800:2008 – Projetos de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edificações;
- NBR 14.762:2010 – Dimensionamento de estruturas de aço constituídas por perfis conformados a frio;
- EN 15512 – Estantes reguláveis para carga paletizada. Princípio real para o desenho estrutural;
- EN 15620 – Estantes reguláveis para carga paletizada. Tolerâncias, deformações e folgas;
- EN 15629 – Armazenagem em estantes metálicas. Especificação de equipamentos de montagem;
- EN 15635 – Armazenagem em estantes metálicas. Uso e manutenção do equipamento de armazenamento;
- FEM 10.2.16 – Desenho e utilização de protetores de estantes para estantes reguláveis para carga paletizada;
- NBR 9094:1983 – Material metálico revestido e não revestido – Corrosão por exposição à névoa salina - Método de ensaio no mínimo 500 horas;
- NBR 10443:2008 – Tintas e vernizes – Determinação da espessura da película seca sobre superfícies rugosas – Método de ensaio de no mínimo 80 micras;
- NBR 11003:2009 – Tintas – Determinação da aderência;
- NR 06 – Equipamento de Proteção Individual;
- NR 12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos;
- NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- NR 35 – Trabalho em altura.

Quanto à sustentabilidade:

- Resolução Conama n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

#### 4.4 Requisitos Técnicos

Os requisitos técnicos a serem atendidos são:

- **Acompanhamento por profissional habilitado:** Engenheiro Civil ou Mecânico, com formação plena, devidamente inscrito no Crea. Pretende-se que a execução dos serviços seja realizada dentro dos requisitos das normas técnicas vigentes para a garantia da qualidade técnica.
- O objeto é incompatível com a natureza profissional de pessoa física.

#### 4.5 Requisitos de Garantia

- Garantia mínima de 2 (dois) anos quanto à fixação da estrutura (ajustes ou correções identificadas após a montagem).

### 5. Modelo de execução do objeto

#### 5.1. Prazos

5.1.1. Em até 5 (cinco) dias após o recebimento do contrato, devidamente assinado pelo representante do TRE-SC, a empresa vencedora deverá apresentar:

- a) Anotação de Responsabilidade Técnica do profissional que se responsabilizará pelos serviços;
- b) relação nominal dos profissionais envolvidos diretamente na execução dos serviços, informando os respectivos números de CPF;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- c) comprovantes de treinamento para trabalho em altura conforme NR-35 e habilitação comprovada pelo Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), ambos dentro do prazo de validade, para os profissionais responsáveis pelos serviços.

5.1.2 Aprovados os documentos pela Seção de Engenharia e Arquitetura (SEEA), os serviços serão iniciados no prazo de até 10 (dez) dias, a partir da autorização formal da SEEA (por e-mail).

5.1.3 O prazo para a execução dos serviços é de 10 (dez) dias, podendo ser executados aos finais de semana.

5.1.4 Se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório, os serviços deverão ser refeitos em até 10 (dez) dias úteis.

### 5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

A entrega das peças/componentes e os serviços de montagem e instalação da estrutura porta-paletes serão realizados no novo depósito do TRE-SC, localizado na Rodovia SC-407, Km 2, n. 2800, Galpão 5, Bairro Beira Rio, Biguaçu/SC.

### 5.3. Recebimento provisório e definitivo

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado.
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

### 5.4. Pagamento

O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

### 5.5. Garantia do objeto

Garantia mínima de 2 (dois) anos quanto à montagem da estrutura (ajustes ou correções identificadas após a montagem), contados a partir do recebimento definitivo.

### 5.6. Vigência da contratação

O contrato terá vigência a partir da data da assinatura do contrato até o recebimento definitivo do objeto.

### 5.7. Obrigações do Contratante

5.7.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, preço e prazo estabelecidos no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos produtos e serviços pela empresa Contratada, a partir da aprovação pelo Contratante;

5.7.2. promover a gestão e fiscalização da contratação por meio do servidor designado no subitem 6.2, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021;

5.7.3. sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida;

5.7.4. emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.7.5. exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nesta contratação.

### 5.8. Obrigações da Contratada

5.8.1. fornecer as peças/componentes e executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.8.1.1. os serviços de montagem e instalação da estrutura porta-paletes serão realizados no novo depósito do TRE-SC, localizado na Rodovia SC-407, Km 2, n. 2800, Galpão 5, Bairro Beira Rio, Biguaçu/SC.

5.8.2. apresentar à Seção de Engenharia e Arquitetura do TRE-SC (SEEA) os documentos abaixo relacionados em até 5 (cinco) dias, após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC:

5.8.2.1. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, devidamente paga, de execução dos serviços contratados;

5.8.2.2. comprovante de treinamento para trabalho em altura conforme NR-35 e habilitação comprovada pelo Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), ambos dentro do prazo de validade;

5.8.2.3. relação nominal dos profissionais envolvidos diretamente na execução dos serviços, informando os respectivos números de CPF.

5.8.3. iniciar os serviços no prazo de até 10 (dez) dias, a partir da autorização formal da SEEA, após a aprovação dos documentos e disposições relacionados no subitem 5.8.2;

5.8.4. executar os serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir do seu efetivo início;

5.8.4.1. os serviços poderão ser executados nos finais de semana;

5.8.4.2 os trabalhos que resultem em odores, ruídos, impeçam o fluxo de pessoas, carga e descarga de materiais, que possam colocar em risco a segurança ou causar transtornos aos usuários devem ser executados fora do horário de expediente do TRE-SC, que é das 12 às 19 horas, mediante prévia autorização do gestor do contrato.

5.8.5. refazer o serviço no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório ou no prazo de garantia;

5.8.5.1. estando em mora a Contratada, o prazo para substituição dos produtos e/ou refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;

5.8.5.2. correrão à conta da Contratada todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço.

5.8.6. fornecer todos os equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços;

5.8.7. assegurar que os empregados trabalhem uniformizados e com crachá de identificação durante a realização dos serviços;

5.8.8. empregar todos as ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, mesmo os eventualmente não mencionados ou não indicados, mas imprescindíveis à sua completa e perfeita realização, responsabilizando-se pela reposição dos materiais danificados em virtude da má execução dos serviços, incluindo aqueles necessários ao seu refazimento;

5.8.9. executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, incluindo a utilização obrigatória dos equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), em vista do risco que o serviço oferece;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.8.10. executar os serviços em conformidade com as recomendações das normas da ABNT, Inmetro e demais legislações vigentes;
- 5.8.11. executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, utilizando inclusive mão de obra especializada, se necessária, bem como manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos;
- 5.8.12. reportar ao Contratante, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades;
- 5.8.13. recolher todo o material resultante das atividades, destinar corretamente os materiais recicláveis e realizar o descarte ecologicamente correto dos resíduos não recicláveis, obedecendo as recomendações da Resolução Conama n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- 5.8.14. responder pela guarda e preservação de seus equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega;
- 5.8.15. não é permitida a subcontratação dos serviços, no todo ou em parte, do objeto licitado;
- 5.8.16. responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados;
- 5.8.17. responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí se originar e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecerem;
- 5.8.18. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.8.19. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados;
- 5.8.20. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, sem que a fiscalização ou acompanhamento efetuado pelo TRE-SC exclua ou reduza essa responsabilidade;
- 5.8.21. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestem serviços nas dependências onde os serviços serão executados;
- 5.8.22. proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável;
- 5.8.23. assumir total responsabilidade pela execução de todos os serviços constantes do Contrato, respondendo, ainda, pela segurança e qualidade dos serviços executados;
- 5.8.24. responsabilizar-se por toda a sinalização, incluindo placas, cavaletes e faixas, de forma a garantir uma eficiente divulgação dos transtornos e perigos dos serviços. A sinalização deverá indicar eventuais áreas de trânsito alternativo.

### **5.9. Transferência de conhecimento**

Não se aplica a esta contratação.

### **5.10. Direitos autorais**

Não se aplica a esta contratação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

O responsável técnico pela execução dos serviços deve comprovar sua qualificação profissional mediante Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida pelo Crea.

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6.1. Gestão do contrato

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pela fiscalização do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio da fiscalização técnica e administrativa;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelas fiscalizações técnica e administrativa quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- d) informar à gestão do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente à gestão do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar à gestão do contrato para ratificação;
- g) comunicar à gestão do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa;
- i) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar à gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica;
- f) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

### 6.2. Gestão e fiscalização

As atividades de gestão e fiscalização serão exercidas pelo servidor titular da Seção de Engenharia e Arquitetura (SEEA), da Coordenadoria de Infraestrutura, da Secretaria de Infraestrutura e Serviços ou seu substituto, com o apoio, no que se refere à fiscalização administrativa, da Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária – COFC e da Seção de Gerenciamento de Contratações – CC, ambas da Secretaria de Administração e Orçamento.

### 6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de instrumento de contrato.





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 6.4. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento do Contrato será realizado pelo Gestor da Contratação, com auxílio das unidades indicadas no subitem 6.2.

### 6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

### 7. Critérios de medição e de pagamento

O pagamento será realizado em parcela única após a finalização dos serviços.

### 8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

### 9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

#### 9.1. Parcelamento e adjudicação

A adjudicação será por item (único).

#### 9.2. Seleção do fornecedor

A seleção do fornecedor dar-se-á pela proposta de menor preço dentre os proponentes ou licitantes habilitados e classificados.

Será vedada a participação de pessoa física, conforme previsto no Item 3 do Estudo Técnico Preliminar.

##### 9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, considerando a natureza do objeto, será exigido:

- a) declaração de disponibilidade do profissional responsável técnico – engenheiro civil ou engenheiro mecânico, devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - Crea, e detentores de documentos que comprovem a responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes para fins desta contratação;
- b) um ou mais atestados de capacidade técnica, regularmente emitidos pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - Crea, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto deste Termo de Referência;
- c) indicação do pessoal técnico disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; e
- d) registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – Crea.

Os profissionais indicados pelo licitante na forma da alínea “a” e “c” devem participar dos serviços objeto desta licitação, e será admitida sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovados pela Administração.

##### 9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

### 10. Estimativas do valor da contratação

O valor estimado desta contratação é de R\$33.993,20 (trinta e três mil, novecentos e noventa e três reais e vinte centavos), conforme levantamento orçamentário.

### 11. Alinhamento da contratação

#### 11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I.

Item 23 - Manutenção de bens.

#### 11.2. Plano de Logística Sustentável

Esta contratação está alinhada com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC, pois exige a destinação correta dos resíduos, de acordo com as diretrizes do Conama.

Os serviços prestados pela Contratada devem pautar-se pelo uso racional de recursos e equipamentos.

A Contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a mitigação e redução de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.

#### 11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

### 12. Adequação orçamentária

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	R\$ 33.993,20

### 13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea "a" do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a Contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.